



A FARSA DO PMSO REGULATÓRIO

A Direção da Eletrobras não cansa de repetir que precisa cortar custos. Mesmo após o histórico lucro de R\$ 13 bilhões em 2019 e o pagamento de bilhões em dividendos, não se fala em investir, apenas em cortar custos!

Assim, a Direção da Eletrobras segue a cartilha do senhor Paulo Lemann, que beneficia os especuladores sedentos por lucros de curto prazo, enquanto ignora objetivos de longo prazo da empresa, de seus trabalhadores e do país. Repetindo a estratégia falida que a Kraft Heinz já mostrou que não funciona no longo prazo.

Até agora temos apenas uma crítica à estratégia da empresa. Mas, como se isso já não fosse grave o bastante, na sanha para justificar cortes de custos e demissões, a direção da empresa recorre a uma grande mentira: o PMSO regulatório. Não cansa de repetir que estamos longe de alcançar o “PMSO regulatório”. Todavia, o curioso fato da Eletrobras ser a única empresa de Geração e Transmissão a utilizar essa métrica nos chamou a atenção. Por que será que nenhuma outra empresa utiliza o termo PMSO Regulatório? Mas afinal, o que seria o “PMSO regulatório”? Vamos a algumas perguntas e respostas.

A maior parte da receita da Eletrobras hoje vem de suas usinas de responsabilidade integral. Outra parte, menor, vem de suas receitas com os empreendimentos em COTAS (renovados pela Lei 12.783/2013). As empresas Eletrobras têm ainda receitas não desprezíveis oriundas das SPEs, de serviços de telecom. e de prestação de serviços de engenharia.

As receitas das usinas em COTAS são determinadas por uma tarifa de Operação e Manutenção dada pela Aneel. No regime de cotas, as usinas (ativos), pertencem à União. A receita de cotas deve ser suficiente para cobrir essa prestação de serviços de operação e manutenção dessas usinas. Esse serviço é mais simples do que o das Usinas de responsabilidade integral, pois, para as usinas em cotas, não é necessária estrutura para comercialização de energia e todo investimento é ressarcido pela Aneel.

Assim, enquanto uma usina em cota recebe uma

receita de R\$60/KW, uma usina de propriedade integral, que comercializa sua própria energia, administra riscos, ativos, promove investimentos e etc, recebe cerca de R\$250/MWh.

A receita maior das usinas de responsabilidade integral reflete a estrutura necessária para seu funcionamento, que é mais complexa e envolve mais riscos. As receitas das usinas de propriedade integral são determinadas pela atuação da empresa diretamente no mercado de energia elétrica. Bem diferente das usinas em cotas, cuja receita é a tarifa determinada pela Aneel. De modo análogo, Aneel não regula os custos de PMSO das usinas de responsabilidade integral. Não há nenhuma resolução sobre isso na agência reguladora!

Aquí entra a pergunta:

De onde surgiu o PMSO regulatório das usinas de responsabilidade integral, existe estudo técnico realizado pela Aneel sobre ele? Se não existe, alguém tem que responder com o seu CPF, pois fica claro a INVENÇÃO da diretoria da empresa.

Essa invenção ignora as enormes diferenças entre o regime de cotas, onde o ativo pertence à União e não há comercialização de energia, e o regime de propriedade integral, onde a empresa tem a gestão do ativo e uma atividade muito mais complexa.

Mas qual intuito da empresa com o PMSO regulatório?

A Eletrobras inventou o PMSO regulatório (que não existe na agência reguladora, lembrem) na tentativa de dar respaldo a uma meta irreal e agressiva de redução de custos. Tudo isso na tentativa de justificar as demissões que quer promover para alcançar os objetivos de lucro de curto prazo de investidores especuladores.

Fica aqui o desafio para a direção, apresentar a fundamentação dessa meta, baseada em uma proposta de esvaziamento e sucateamento da empresa. Uma pena ainda que do PMSO, só se ataque o P, enquanto S de serviços vem crescendo descontroladamente pela contratação de consultorias suspeitas sem licitação. Mas esse é um assunto para o próximo informe.